

DO DIAGNÓSTICO À INTERVENÇÃO: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO SOBRE SEXUALIDADE E ISTS

Camila de Pinho Gotuzzo (Pós-graduanda em Políticas Educacionais e Gestão Escolar – Faculdade Focus)

1. INTRODUÇÃO

O ambiente escolar configura-se como espaço estratégico para a promoção de saúde e sexualidade, conforme preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Contudo, apesar das diretrizes educacionais indicarem a transversalidade do tema, a implementação prática enfrenta barreiras: a abordagem escolar muitas vezes permanece restrita a aspectos puramente biológicos e reprodutivos, negligenciando as dimensões afetivas, sociais e culturais da sexualidade[1]. Nesse contexto, o trabalho tem por objetivo analisar o entendimento de estudantes do ensino médio acerca da sexualidade, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e prevenção, bem como relatar a experiência de uma ação pedagógica voltada à mitigação da desinformação e à promoção da saúde no ambiente escolar.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto caracterizou-se como uma pesquisa-ação de abordagem qualitativa, desenvolvida na E. E. de Ensino Médio Nossa Senhora de Lourdes, no município de Pelotas/RS. O público-alvo foram duas turmas do 2º ano do Ensino Médio do turno noturno. A coleta de dados ocorreu em novembro, com a participação de 32 estudantes (19 do sexo feminino e 13 do masculino), com idade entre 16 e 27 anos. As etapas de execução compreenderam: aplicação de um questionário semiestruturado contendo 09 questões sobre sexualidade, perfil socioeconômico e conhecimentos sobre ISTs; planejamento e execução de uma palestra informativa e dialogada sobre as principais ISTs (sintomas, transmissão e prevenção). A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, correlacionando as respostas dos alunos com o referencial teórico sobre educação sexual e saúde do adolescente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise dos questionários, observou-se que a maioria dos estudantes **65,7%** se declarou heterossexual, com uma parcela identificando-se como bissexual **34,7%**. Quanto ao conceito de sexualidade, as respostas foram vagas ou inexistentes, indicando dificuldade de elaboração teórica sobre suas próprias vivências. Isso reflete a lacuna apontada por estudos que mostram que o conhecimento dos jovens é superficial, muitas vezes limitado ao senso comum, o que demanda uma abordagem educacional que vá além das concepções biológicas tradicionais[2]. **Fontes de Informação sobre sexualidade:** Os dados revelam que **48,5%** dos participantes privilegia o círculo social (família e amigos) na busca por informações.

O ambiente digital representa a fonte de **28,5%** dos estudantes, superando a escola **17,1%** e as mídias impressas tradicionais como livros e revistas, que somam apenas **5,7%** das respostas. **Conhecimento sobre Prevenção e ISTs:** Todos os participantes citaram o preservativo masculino como método preventivo conhecido. No entanto, houve uma dissociação preocupante quanto à sua função: a maioria associou o uso de preservativos primordialmente à prevenção da gravidez, negligenciando a proteção contra as ISTs. Nesse contexto, a gravidez não planejada persiste como a “preocupação visível” e imediata, enquanto as ISTs, por sua natureza muitas vezes assintomática ou desconhecida, mantêm-se como ameaças invisíveis na percepção discente. **Desinteresse Escolar:** A baixa adesão à palestra (5 alunos), embora influenciada pelo calendário escolar, sinaliza apatia frente a formatos expositivos tradicionais. Evidencia-se que intervenções eficazes requerem abordagens longitudinais e participativas integradas ao currículo, superando ações pontuais que falham em gerar vínculo, conforme preconizam protocolos modernos como o SATZ-BR, que enfatizam aspectos dialógicos e participação comunitária[3].

4. CONCLUSÃO

A experiência evidenciou que a educação sexual nas escolas enfrenta barreiras que vão além do conteúdo programático. Há uma clara necessidade de superar a abordagem meramente biológica e informativa. Os alunos detêm informações fragmentadas (conhecem o preservativo, mas não a associam à saúde integral). Conclui-se que projetos de intervenção pontuais, embora bem-intencionados, possuem eficácia limitada se não estiverem articulados a um projeto político-pedagógico que insira a sexualidade como tema transversal contínuo. É imperativo renovar as metodologias de ensino para reconquistar o interesse dos jovens, promovendo uma educação emancipatória que os capacite para o exercício pleno e responsável de sua sexualidade e cidadania.

5. REFERÊNCIAS

- [1] DUTRA, A. M.; MELO, C. G. de J.; SÁ, E. C. S. de. Sífilis na adolescência e o estigma da educação sexual. *Repositório Universitário da Anima (RUNA)*, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/dfef00b0-6544-45dc-8c25-0a1ad3cc2b00>. Acesso em: 06 dez. 2025.
- [2] CIRIACO, N. L. C. et al. A importância do conhecimento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) pelos adolescentes e a necessidade de uma abordagem que vá além das concepções biológicas. *Revista Em Extensão*, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 9-23, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/43346>. Acesso em: 07 dez. 2025.
- [3] SEXUALIDADE e direitos humanos: a SATZ-BR como estratégia interventiva em contexto escolar. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 144, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ftp88CNvbLpbntfFgkbBCpB/>. Acesso em: 09 dez. 2025.